



Anais da Assembléia

Nº 47

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE ABRIL DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1992

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Hermas Brandão.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Artur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Dalton Machuca, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva e Ernani Pudell (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 022/92

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual,

objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, criada pela Lei nº 5.113, de 14 de maio de 1965, os lotes de terrenos nºs 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da quadra nº 31 e os de nºs 10, 11, 12, 13, 14 e 15, da quadra nº 21, todos do perímetro urbano da Cidade de Itapejara D'Oeste, de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição sob nº 9.682, às fls. 75, do Livro 3, do Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco e posterior matrícula.

O Plano de Lei ora submetido à apreciação dessa Augusta Casa consulta plenamente aos superiores interesses da administração e da Coletividade, tendo em vista que os mencionados lotes de terrenos serão utilizados pela COHAPAR exclusivamente na construção de casas populares o que demonstra, sem qualquer sombra de dúvida, tratar-se de ato do mais elevado cunho social.

Por outro lado, vale destacar que o anteprojeto de lei em causa contém dispositivo expresso no sentido de que os lotes, cuja autorização para doação é objetivada, serão utilizados pela Donatária exclusivamente para as finalidades descritas, revertendo automaticamente ao Patrimônio do Estado caso descumprida tal condição resolutiva.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Ofícios:

OFÍCIO

Sob os nºs DTL/SAT 57, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72 e 73/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

018/92: De autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor JOSE MARIA DE ARAÚJO PERPETUO, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.929. Anote-se - Arquive-se.

027/92: De autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que declara de Utilidade Pública o Centro de Espírita de Umbanda São Jorge, com sede e foro na Cidade de Arapongas, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.930. Anote-se

- Arquivo-se.

030/92: De autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que declara de Utilidade Pública o Instituto Apóstolo São Paulo de Assistência Social de Arapongas, com sede e foro na Cidade de Arapongas, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.931. Anote-se - Arquivo-se.

025/92: De autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Cristo Rei da Cidade de Francisco Beltrão - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.932. Anote-se - Arquivo-se.

031/92: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a Escola Batista de Curitiba, Ensino e Pré-Escola e 1º Grau, com sede e foro na Cidade de Curitiba-Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.933. Anote-se - Arquivo-se.

034/92: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a Creche Santo Antônio, no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.934. Anote-se - Arquivo-se.

462/92: De autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública a Obra Missionária Mensagem da Paz, da Irmandade dos Evangélicos Batistas Livres, com sede no Município de Teixeira Soares, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.935. Anote-se - Arquivo-se.

007/92: Do PODER EXECUTIVO que, autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Nova Londrina o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.936. Anote-se - Arquivo-se.

095/92: Do PODER EXECUTIVO que, reajusta, a partir de 1º de abril de 1992, os níveis de vencimentos dos cargos que especifica, do Poder Executivo, assim como o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.937. Anote-se - Arquivo-se.

097/92: Do PODER EXECUTIVO que, concede, aos servidores da APPA, reajuste de 50%, a partir de 1º/04/92, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.938. Anote-se - Arquivo-se.

100/92: Do TRIBUNAL DE CONTAS que, REAJUSTA, conforme especifica, os níveis de vencimentos dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.939. Anote-se - Arquivo-se.

099/92: Da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA que, reajusta, conforme especifica os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.940. Anote-se - Arquivo-se.

101/92: Do TRIBUNAL DE CONTAS que, reajusta, conforme especifica, os vencimentos dos cargos que menciona, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.941. Anote-se - Arquivo-se.

102/92: Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA que, reajusta, conforme especifica, os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.942. Anote-se - Arquivo-se.

Lei Complementar nº 096/92: do PODER EXECUTIVO que, fixa, conforme especifica, os níveis de vencimentos dos integrantes das carreiras policiais civis e adota outras providências, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 63. Anote-se - Arquivo-se.

Sob o nº ATCC 1697/92, do Senhor Deputado CAITO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pelo Senhor Deputado PAULO MAIA à Secretaria de Estado da Fazenda, sobre "a condição econômica do Estado". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 170/92-GAB., do Senhor JOAQUIM A. DE OLIVEIRA PORTES - Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, em exercício, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pelo Senhor Deputado ALGACI TOLIO, sobre "a Penitenciária Provisória de Curitiba". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

INDICAÇÕES:

Indicação

Senhor Presidente.

A presente tem a missão específica de, na qualidade de Líder do Partido de Reconstrução Nacional (PRN), indicar meu nome para membro da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Sendo só o que se me apresenta, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) NELSON JUSTUS

Líder do PRN

Indicação

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do Partido da Frente Liberal desta Casa, indico para compor a Comissão Especial de Averiguação de Trabalho Escravo no Estado do Paraná, o ilustre Deputado Elio Lino Rusch, membro desta Bancada.

Sem mais, renovo meus votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) COSTENARO NETO

Líder do PFL

Indicação

Senhor Presidente.

Na condição de Líder da Bancada do PMDB nesta Casa, venho a presença de Vossa Excelência, indicar o nome do Deputado Toti Colaço, para compor a Comissão Especial Suprapartidária que averiguará casos de trabalho escravo em fazendas deste Estado, aprovada em Sessão Plenária do dia 13 próximo passado.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do PMDB e Governo

Indicação

Senhor Presidente.

Indicamos, reunidas à Bancada, para compor a Comissão de Constituição e Justiça os Deputados Emília Belinati e Paulo Maia.

Para a Comissão que apura denúncias de "trabalho escravo" no Estado indicamos o Senhor Deputado Paulo Maia.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Líder do PDT

Indicação

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do P.T.B., indico para compor a Comissão Especial de Averiguação de Trabalho Escravo no Estado, o nome do Deputado Mário Bezerra.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) ERONDY SILVERIO

Líder do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 535

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 531

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no, uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a retirada por dez (10) sessões do Projeto de Lei nº 565/91, que regulamenta a prática de esportes náuticos no Litoral Paranaense.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, COMUNICA, após ouvido o Plenário que do dia 28 de abril até o dia 03 de maio próximo vindouro, estará em Montevideó, no Uruguai, em caráter de estudos.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 530

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER seja consignado em ata Voto de Profundo Pesar pelo falecimento da Senhora JUVITA SANTOS LACERDA, ocorrido no dia 28.04.92 em Curitiba, genitora do Jornalista e funcionário desta Casa Antonio Carlos Lacerda.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 533

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvida a augusta Casa de Leis, votos de congratulações ao Exmo. Senhor ANTONIO CABRERA, MD. Ministro da Agricultura, pela sua permanência em importante pasta do Governo Federal. Dar Ciência.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A presente propositura tem o escopo de apresentar congratulações ao Exmo. Senhor ANTONIO CABRERA, MD. Ministro da Agricultura pela sua permanência em importante pasta do Governo Federal.

O atual ministro tem pautado seu trabalho no fortalecimento da agricultura brasileira em todos os setores produtivos. Tem desenvolvido projetos científicos e tecnológicos no sentido de aumentar a produção agrícola brasileira. Criou mecanismos de financiamentos, preços mínimos compatíveis com a realidade nacional, compra dos estoques excedentes da safra agrícola, não esquecendo de melhorar o nosso plantel de animais bovinos, ovinos, bubalinos, eqüinos, aves e outros: também construiu silos para armazenamento de grãos.

Pelo seu trabalho sério e honesto de proteção e incentivo aos nossos produtores é que foi proposto o presente expediente.

REQUERIMENTO Nº 534

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve em suas prerrogativas regimentais, REQUER votos de congratulação ao Senador Affonso Alves de Camargo Neto, DD. Ministro dos Transportes e Comunicação e ao Dr. Nelson Marchesan, DD. Secretário de Comunicação

do Ministério dos Transportes.

Sala das Sessões, em 28.04.91.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O Senador Affonso Alves de Camargo Neto, filho de tradicional e ilustre família paranaense, galgou na administração pública estadual vários cargos de relevante importância.

Elegeu-se Senador em 1978 e se reelegeu em 1986. Seu trabalho na Câmara Alta da República foi altamente proveitoso a toda a nação pela sua competência e seriedade no trato das coisas públicas.

Pela segunda vez é alçado ao cargo de Ministro de Estado, por coincidência no mesmo ministério que hoje está ocupando.

Os nossos cordiais votos de congratulações desejando-lhe profícua gestão.

O Doutor Nelson Marchesan, gaúcho de tradições do Estado Sulino do Rio Grande do Sul, político competente e respeitado por seu idealismo marcante em todas as suas decisões firmes.

Foi por muitos anos Deputado Federal dignificando o seu mandato parlamentar pela competência e seriedade de seu trabalho.

Por livre escolha de Ministro dos Transportes e Comunicações, foi convidado a assumir a Secretaria Nacional de Comunicação.

Nesse novo desafio de sua vida política, desejamos ao ilustre Secretário pleno êxito.

E a justificativa.

REQUERIMENTO N° 538

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em ata de votos de regozijo ao Senhor Evangelino da Costa Neves, Presidente do Curitiba Futebol Clube, pelo retorno daquela equipe à divisão especial do futebol brasileiro.

Outrossim, Requer, que da decisão da Casa dê-se ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Galhardamente e honrando as tradições de equipe grande, na noite de ontem, o Curitiba Futebol Clube, ao vencer a equipe do Joinville Esporte Clube retornou à categoria principal do futebol brasileiro.

O empenho dos atletas e de sua direção na pessoa do presidente Evangelino da Costa Neves, são merecedores indiscutíveis da presente homenagem por parte deste Parlamento.

REQUERIMENTO N° 540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, vêm respeitosamente perante Vossa Excelência, REQUERER a indicação de um Deputado como representante do Poder Legislativo do Estado do Paraná, para acompanhar a comissão especial de membros da comunidade italiana, do Estado do Paraná que comporá comitiva com destino à Roma, na Itália, onde, junto ao Parlamento Italiano, desenvolverão gestões objetivando a preservação e a continuidade dos direitos concedidos aos descendentes de cidadãos italianos residentes em outros países e em especial no Brasil.

Outrossim, Requer que, da indicação desta Casa, dê-se ciência ao Consulado da Itália nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) JOSÉ ARTUR RITTI

REQUERIMENTO N° 528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Doutor Luiz Carlos Delazari, solicitando que este designe aos Promotores de Justiça visitas aos presídios de nosso Estado, em cumprimento ao Estatuto do Ministério Público, Lei n° 5849/68.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná (Lei n° 5849/68), indica incumbir aos Promotores de Justiça visitar, pelo menos duas vezes por mês, os presídios aí estabelecidos que abriguem condenados ou presos provisórios.

Estas visitas são importantes para coibir maus tratos aos presos e, zelar pelas boas condições das celas.

Tal solicitação se deve ao fato de termos recebido denúncias de locais insalubres e maus tratos a presos.

REQUERIMENTO N° 529

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Senhor Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências desta Secretaria visando o fim da tortura de presos em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Tomamos conhecimento que existe a prática de tortura a presos em Delegacias do nosso Estado.

Através deste, solicitamos que Vossa Excelência como autoridade competente que tome providências no sentido de coibir es-

tas práticas.

REQUERIMENTO Nº 532

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER ouvido a Augusta Casa de Leis, enviar expediente ao Excelentíssimo Senhor José Andrade Marinho - DD. Prefeito Municipal de Nova Fátima-Pr, de condolências, pelo trágico acidente de trânsito, vitimando seis jovens munícipes da Cidade, que estavam retornando de um torneio de futebol, ocorrido no quilômetro 2 da PR 160, trecho entre Cornélio Procópio e Nova Fátima, no dia 26 de abril de 1992, as vítimas: Leonildo Fogaça Gabriel; Augusto Fernandes Rodrigues, Carlos Roberto de Souza, Antonio Jerônimo de Mattos, José de Almeida, o "Zé Rocha", e José de Oliveira, todos Fatimenses.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Todas as seis vítimas do inditoso acidente são munícipes da cidade de Nova Fátima, que chorou com a perda irreparável de seus filhos.

Que Deus abençoe suas almas e que seus familiares sejam confortados humanitariamente pela sociedade fatimense.

REQUERIMENTO Nº 536

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação de um terminal telefônico na Escola Estadual Frentino Sackser, no bairro Botafogo, Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

() ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Frentino Sackser está entre as maiores unidades escolares da sede municipal de Marechal Cândido Rondon, e a falta de um telefone está dificultando o desenvolvimento de trabalho eficiente por parte de seu quadro de educadores como, da equipe administrativa, pois a dinâmica das atividades cotidianas marcadas pela agilidade, pela informação imediata e pelo menor prazo possível na solução dos problemas, exige este meio de comunicação, como propulsor da competitividade e qualidade que são exigidas na sociedade dentro do atual panorama mundial.

REQUERIMENTO Nº 537

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relator do Projeto de

Lei nº 431/91, ao final subscrito, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso XIII, combinado com o artigo 131, ambos da resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Doutor Nassib Jabur, Presidente da SERLOPAR, a fim de que informe a esta Comissão, sobre os valores arrecadados, ano a ano, em 1989, 1990 e 1991, e ainda, o montante repassado (especificando valores) à Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Esporte e Turismo, Secretaria da Justiça e Ação Social e Secretaria da Educação, com especificação dentro dos respectivos anos.

No aguardo da habitual atenção de Vossa Excelência, apresento os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 28.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO e
MÁRIO BEZERRA

PROJETO DE LEI Nº 431/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

SOMULA: Regulamenta o artigo 175 da Constituição Estadual e dá outras providências.

Art. 1º - O Estado destinará, deduzidos os prêmios e as despesas operacionais, cinquenta por cento do produto de arrecadação de concursos de prognósticos de números aos Municípios, para programas de assistência social e de apoio ao esporte amador.

Art. 2º - Os critérios de proporcionalidade para distribuição dos recursos referidos no artigo anterior serão os seguintes:

§ 1º - A distribuição aos municípios dar-se-á na proporção do índice de sua população comparada com a população do Estado do Paraná.

§ 2º - A aplicação pelos municípios dos recursos previstos no artigo 1º, em programas de assistência social e de apoio ao esporte amador, obedecerá lei municipal específica, cuja cópia deverá ser remetida ao Tribunal de Contas do Paraná.

§ 3º - A nenhum município será destinado índice superior a 10% (dez por cento) do total dos recursos objetos desta Lei.

Art. 3º - A empresa ou órgão responsável pela administração dos concursos de prognósticos de números do Paraná deverá apresentar, através de publicação no Diário Oficial do Estado, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequen-

te, o produto desta arrecadação do mês anterior.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Fazenda fará publicar anualmente, no Diário Oficial do Paraná, os índices de participação dos municípios no resultado dos concursos de prognósticos de números.

JUSTIFICATIVA:

A ação social e o apoio ao esporte amador devem ser descentralizadas o mais possível. Nos nossos municípios é que a vida se desenvolve, devendo aí estar os recursos e a decisão de melhor utilizá-los. A presente lei regulamenta o artigo 175 da Constituição, vem a dar aos municípios o direito de receber os recursos que lhe são devidos.

Objetiva a mesma o disciplinamento dos critérios de distribuição e nos demonstra, que o mais justo é o percentual de representação da população dos municípios em relação a do Estado, pois é este povo que adquire estes prognósticos e também é carente da ação social da Prefeitura.

Limitar em até 10% (dez por cento) o máximo que um só município possa receber, tenta evitar a concentração da arrecadação em poucos e densamente populosos municípios.

Evitar demora do repasse destes recursos, bem como da informação do resultado dos prognósticos, demonstra a condição de eficácia do Sistema e sua transparência.

Deixa aos municípios a definição do quanto aplicar em cada área específica é acreditar nos municípios e no bom senso de seus parlamentares, frente a necessidade da sua população.

A supervisão do Tribunal de Contas garantirá a correta aplicação dos recursos.

Art. 5º - O fornecimento dos números referentes a população dos municípios do Paraná, A SEFA, será efetuado pelo FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou órgão estadual competente.

Art. 6º - Competirá ao Tribunal de Contas do Paraná a verificação da correta aplicação pelos municípios, dos recursos desta lei.

O Tribunal de Contas poderá emitir normativa orientadora da forma de comprovação da aplicação destes recursos.

Art. 7º - Caberá ao BANESTADO, o repasse automático dos recursos aos municípios obedecidos ou índices determinados pela SEFA.

§ 1º - Aberta a conta corrente para recebimento destes recursos, esta deverá ser informada a SEFA.

§ 2º - A liberação dos recursos aos municípios deverá ser mensal e não poderá exceder a 02 dias úteis da data prevista da publicação do produto da arrecadação.

§ 3º - Ocorrendo no repasse será cobrada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido além de correção diária pela taxa oficial da inflação.

A multa e correção incidirá também sobre a empresa ou órgão responsável pelos concursos de prognósticos de números, caso esta seja a responsável pelo atraso.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor até 60 dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) NEIVO BERALDIN

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na condição de Relator do Projeto de Lei nº 431/91, que regulamenta o art. 175 da Constituição Estadual, REQUER, com fundamento no art. 28, inciso V, do Regimento Interno, se digne Vossa Excelência, através da Mesa Executiva, o envio de expediente a Sra. Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Cultura, solicitando informe a esta Comissão de Constituição e Justiça, quais as entidades do setor público e privado que receberam recursos para serem aplicados em projetos ou programas de caráter social, esportivo e cultural (Lei 8521, de 06.07.87; Decretos 2839/88 e 7021/90), durante os exercícios de 1989, 1990 e o período deste exercício corrente até o mês de setembro próximo passado, especificando a data de entrega dos recursos, seus valores, nome dos beneficiários e quais os municípios onde se localizam.

Sala das Comissões, em 01.10.91.

(a) MARIO BEZERRA

Deputado Estadual

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na condição de Relator do Projeto de Lei nº 431/91, que regulamenta o art. 175 da Constituição Estadual, REQUER, com fundamento no art. 28, inciso V, do Regimento Interno, se digne Vossa Excelência, através da Mesa Executiva, o envio de expediente ao Dr. Nassib Jabur, Presidente da SERLOPAR (Serviço de Loterias do Estado do Paraná), solicitando informe a esta Comissão de Constituição e Justiça, quais as entidades do setor público e privado que receberam recursos para serem aplicados em projetos ou programas de caráter social, esportivo e cultural (Lei 8521, de 06.07.87; Decretos 2839/88 e 7021/90), du-

rante os exercícios de 1989, 1990 e o período deste exercício corrente até o mês de setembro próximo passado, especificando a data de entrega dos recursos, seus valores, nome dos beneficiários e quais os municípios onde se localizam.

Sala das Comissões, em 01.10.91.

(a) MARIO BEZERRA
Deputado Estadual

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na condição de Relator do Projeto de Lei nº 431/91, que regulamenta o art. 175 da Constituição Estadual, REQUER, com fundamento no art. 28, inciso V, do Regimento Interno, se digne Vossa Excelência, através da Mesa Executiva, o envio de expediente ao Dr. Djalma de Almeida César, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando informe a esta Comissão de Constituição e Justiça, quais as entidades do setor público e privado que receberam recursos para serem aplicados em projetos ou programas de caráter social, esportivo e cultural (Lei 8521, de 06.07.87; Decretos 2839/88 e 7021/90), durante os exercícios de 1989, 1990 e o período deste exercício corrente até o mês de setembro próximo passado, especificando a data de entrega dos recursos, seus valores, nome dos beneficiários e quais os municípios onde se localizam.

Sala das Comissões, em 01.10.91.

(a) MARIO BEZERRA
Deputado Estadual

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na condição de Relator do Projeto de Lei nº 431/91, que regulamenta o art. 175 da Constituição Estadual, REQUER, com fundamento no art. 28, inciso V, do Regimento Interno, se digne Vossa Excelência, através da Mesa Executiva, o envio de expediente ao Dr. Edson Gracia, Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando informe a esta Comissão de Constituição e Justiça, quais as entidades do setor público e privado que receberam recursos para serem aplicados em projetos ou programas de caráter social, esportivo e cultural (Lei 8521, de 06.07.87; Decretos 2839/88 e 7021/90), durante os exercícios de 1989, 1990 e o período deste exercício corrente até o mês de setembro próximo passado, especificando a data de entrega dos recursos, seus valores, nome dos beneficiários e quais os municípios onde se

localizam.

Sala das Comissões, em 01.10.91.

(a) MARIO BEZERRA
Deputado Estadual

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por mais de uma vez temos usado a tribuna para denunciar a questão do preconceito e do racismo na nossa sociedade.

No mês de fevereiro, uma companheira do movimento negro, Lúcia Elane dos Santos, foi presa numa das ruas de nossa cidade, simplesmente por tentar defender uma criança que estava sendo conduzida ao presídio, e essa condução não se dava de uma maneira normal, mas sim de uma maneira agressiva e violenta por parte dos policiais.

Lúcia, ao tentar defendê-la, também foi conduzida ao 1º Distrito, e lá o mínimo pelo qual a chamaram foi de negra imunda.

A partir daí, conduziram-na a uma cela, e ali ela permaneceu por cerca de quatro horas, não podendo entrar em contato com advogados e nem mesmo com nenhum de nós parlamentares, uma vez que ela procurou entrar em contato com o meu gabinete e não conseguiu.

Nessa cela ela presenciou cenas de violência por parte dos policiais ao espancar preso comum, preso recém-chegado, sendo torturado, para que contasse ou confessasse algum crime que porventura houvesse cometido.

Essas celas se apresentavam imundas, com sangue, vômitos e fezes, e esses presos que lá se encontravam não eram atendidos para alimentação ou qualquer outro tipo de assistência, tanto é que, após denúncia junto ao Ministério Público, esse solicitou ao Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde uma visita nesse distrito e o relato é mais ou menos o seguinte, diz essa inspeção:

"São precárias condições higiênico-sanitárias e ambiente insalubre, oferecendo riscos à saúde dos detentos, cujas instalações apresentam as seguintes irregularidades: celas escuras, sem ventilação e iluminação adequadas; piso frio e úmido; ausência de camas e colchões para descanso dos detentos; falta de instalações sanitárias privativas e em condições adequadas de funcionamento; falta de instalações hidráulicas para higiene pessoal dos detentos; falta de vidros nas janelas do corredor defronte às celas e celas com área su-

ficiente para abrigar apenas uma pessoa."

As referidas celas, em número de duas, medem aproximadamente seis metros quadrados e são usadas por mais de um detento (no dia da inspeção se encontravam três pessoas numa das celas), que se sentam ou deitam diretamente no piso frio e úmido, ao lado de "instalação sanitária" consistente em mera bacia com buraco no chão (sem vaso), onde permanecem resíduos de fezes (até porque a válvula que aciona a descarga é externa, inacessível para quem se encontra dentro da unidade celular), tornando o ar respirado fétido e indiscutivelmente nocivo.

As celas não apresentam iluminação e ventilação, nem instalação hidráulica capaz de permitir a higiene pessoal dos detidos.

Trata-se, portanto, de contexto absolutamente inadequado à existência humana.

Anote-se também que todas as atividades dos presos - e suas necessidades - são realizadas em presença dos demais, sem qualquer privacidade.

Ainda, como novo - e grave - componente deste conjunto de insalubridades, verificou-se o fato inacreditável de que os presos não recebem alimentação por parte a estrutura da Secretaria de Segurança Pública (a notícia é de que alguns policiais da própria Delegacia se cotizam na compra de pão para os detentos)."

E assim, com pão e água, permanecem esses presos nas delegacias da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná. São condições que nós humanos não damos nem para animais. Nós quando temos algum animal de estimação tratamos melhor do que a Secretaria de Segurança Pública tem tratado seres humanos que estão nessas celas.

Nesse sentido, apresentamos dois requerimentos; um para ser enviado ao Ministério Público solicitando que os Promotores Públicos cumpram o Estatuto do Ministério Público, fazendo vistoria nessas prisões.

E outro, no sentido de que o Sr. Secretário da Segurança Pública, Moacir Favetti, passe a coibir o uso da tortura por parte dos policiais. E solicitamos desta Casa a aprovação destes requerimentos, porque por maior delito que tenha cometido qualquer preso, ele é um ser humano e como tal deve ser tratado, e não como um objeto, em local insalubre, como lixo da nossa sociedade, porque não o são.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Pequeno expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças.

PTB com a palavra (Declina).

PT com a palavra. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante a sessão de ontem, nós pronunciamos a respeito da ocupação do INCRA no Estado do Paraná, pelos lavradores sem-terras, pelos lavradores assentados e acampados neste Estado, onde mais de mil famílias estão permanecendo até hoje e não se sabe até quando naquele edifício público, reivindicando do INCRA os seus direitos, as suas condições de trabalho e que o INCRA realmente cumpra a sua função.

Nós queremos mais uma vez manifestar o nosso apoio a essa luta, o apoio da Bancada do Partido dos Trabalhadores a essa luta dos lavradores sem-terra do Paraná, que querem, que estão brigando, que estão desesperados brigando para poder trabalhar.

Um fato inédito, um fato que nos chama a atenção, enquanto se denuncia, enquanto se prega por todo o canto, enquanto há o desemprego se alastrando neste País, enquanto bandidos são colocados na cadeia porque não têm o que fazer e se dedicam à vida do crime, enquanto nós vemos as cadeias superlotadas neste Estado, não havendo lugares para que se coloque lá os bandidos reais deste Estado, nós vimos trabalhadores fazendo caminhada de 30, 40, 50 quilômetros a pé, de 500 quilômetros, 600 quilômetros no interior do Estado para brigarem e para exigirem das autoridades o seu direito de trabalhar, o seu direito de produzir, o seu direito de sobreviver.

Quem sabe se as autoridades abrissem os olhos e entendessem que a reforma agrária é a solução de grande parte dos problemas sociais deste País, quem sabe as cadeias estariam vazias, quem sabe as favelas estariam diminuindo e quem sabe a produção deste País estaria aumentando e com certeza o nosso Produto Interno Bruto não estaria em declínio, como se vê nesses dois anos de Governo Collor, enquanto o grande promesseiro, o grande boneco das elites deste País pregou em sua campanha de que em cinco anos de seu governo, 500 mil famílias de trabalhadores seriam assentadas neste País, e dois anos se passaram e a propaganda é apenas nos meios de comunicação e nada se faz para que se concretize.

Desta forma, estamos realmente comprometidos com esta luta, porque essa parcela do povo brasileiro, marginalizado, em que grande parte nos colocou aqui neste Parlamento para que pudéssemos ser aqui a voz da reforma agrária neste Estado, e ao mesmo tempo, conclamando a todo este Parlamento que abraça esta luta.

A própria Constituição, através do seu art. 186, garante que as propriedades ru-

rais têm que ser a função social, e no inciso I deste artigo diz que "as propriedades devem ter o seu aproveitamento racional e adequado do solo", que também as "observâncias das disposições que regulam as relações do trabalho" e, ao mesmo tempo, "a exploração da terra que favoreça o bem-estar dos trabalhadores" que ali trabalham, e que as áreas que não cumprem essa função, como também aquelas que são utilizadas para a plantação de substâncias tóxicas sejam desapropriadas, bem como aquelas que são constatado trabalho escravo, os trabalhadores sendo obrigados a viverem em condições de escravidão.

Esse amparo constitucional já deveria ter aberto os ouvidos e os olhos das autoridades competentes da área deste País e se possa realmente evitar esse tipo de manifestação dos trabalhadores. E a melhor forma de evitar esse tipo de manifestação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é realizar reforma agrária neste País e neste Estado, a forma de se evitar o que aconteceu aqui nesta Casa no ano passado; e nós, Deputados, comprometermos com os nossos Deputados Federais, com aqueles que são nossos representantes no Parlamento Federal, para que eles lá se agilizem e façam também um grande coro em favor da reforma agrária e da solução dos problemas deste País, para que se evite aquilo que vimos aqui no ano passado, onde os lavradores vêm para esta Casa pedir apoio e, desesperados, decidem ocupar e permanecer aqui, e aí somos obrigados, ou melhor, a Presidência é obrigada, para que se respeite o patrimônio público, a quase determinar a retirada policial do pessoal aqui, como isso ocorre hoje lá no prédio do INCRA.

Então, realmente, nós temos um problema social sério neste País, que o Ministério da Agricultura, o INCRA e o Presidente Collor fazem de conta que não vêem. E só tomarão conhecimento quando fatos desta natureza são tomados pelos trabalhadores sem-terras.

Após a sessão deverá estar aqui uma comissão representativa desses trabalhadores que deverão aqui desta tribuna fazer um relato de suas audiências com as autoridades e também nos informar da audiência que, com o Governador Requião está sendo realizada em Brasília com o Ministro Cabrera, e assim nós posamos nos inteirar deste fato e termos conhecimento deste problema mais a fundo em nosso Estado e desta calamidade, podemos dizer, de vermos um prédio público ser tomado, ser ocupado por lavradores sem-terras para fazer com que os seus direitos sejam respeitados, e como eu disse, para exigir condições de trabalho, para exigir que não tenham que ir às favelas, para exigir que não tenham que ir no futuro, embaixo das pontes, ou

para que não tenham que ver os seus filhos nos presídios, nas cadeias, porque não têm o que fazer, e assim querem terra para trabalhar, produzir, e assim, sobreviver dignamente.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra. (Declina)

PDT (Declina).

PST (Declina).

PFL (Declina).

PRN (Declina).

PMDB.

Inscrito, "ex-officio", o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usando o Horário da Liderança do PMDB, venho trazer a esta Casa e ao povo do Paraná uma preocupação do Governador com respeito às suas reivindicações em Brasília.

O Governador Roberto Requião tem enviado todos os seus esforços para conseguir com que os recursos federais que têm sido distribuídos a outros Estados, venham também ao Paraná. Mas traz o Governador Roberto Requião, em carta enviada ao Sr. Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, a sua preocupação com respeito a determinados recursos que já foram liberados aos Estados de Santa Catarina e Bahia, e iguais recursos não vieram ao Paraná.

É importante que esta Casa tenha conhecimento deste problema e que possamos, também, somar esforços com o Governo, para que o Paraná não seja discriminado e, em tempo hábil, esses recursos venham ao nosso Estado.

Permitam-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ler a carta que o Governador Roberto Requião encaminhou ao Sr. Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, para que esta Casa tenha conhecimento e possa dar sua colaboração para que o Paraná não seja esquecido pelo Governo Federal.

(LE): "Ofício ATG 0445/92

Curitiba, 22.04.92.

Senhor Ministro:

O Estado do Paraná elegeu como uma das suas prioridades governamentais a conservação do seu patrimônio público representado pelas rodovias estaduais, correspondente a aproximadamente US\$ 3 bilhões. Essa conservação representa ganhos econômicos e sociais representativos, através da redução dos custos de transportes e aumento do conforto e segurança dos usuários com a conseqüente redução de acidentes.

A ação, pelo seu grau de relevância, necessita de grande aporte de recursos para sua execução, motivo pelo qual o Gover-

no do Estado do Paraná apresentou Carta Consulta ao COFLEX, solicitando aprovação para contratação de recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Esse pedido foi aprovado conforme comunicado nº 06, de 20 de dezembro de 1991, publicado no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1991, estando o Estado em fase de negociação com o agente financeiro.

Essa aprovação, no entanto, não permitiu a utilização de recursos FOE. Mas, considerando o montante dos recursos, as condições de financiamento, a boa posição financeira do Estado nos aspectos de endividamento e capacidade de pagamento - e principalmente o fato de o Governo Federal ter definido junto ao BID um Programa de Corredores de Transportes, envolvendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Bahia, no qual os Estados de Santa Catarina e Bahia tiveram as suas Cartas-Consultas aprovadas com utilização de recursos FOE-, recorreremos a Vossa Excelência solicitando a eliminação dessa restrição.

Afinal, o Estado do Paraná quer obter um tratamento justo e igualitário em relação aos demais Estados da Federação, compatível com a contribuição do seu povo ao País.

Sem mais, reiteramos a Vossa Excelência nossos protestos de consideração e apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Paraná

Excelentíssimo Sr.
Dr. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA
DD. Ministro da Economia,
Fazenda e Planejamento
BRASÍLIA-DF"

Portanto, é o Governo do Estado se dirigindo ao Sr. Ministro da Economia, pedindo que sejam eliminadas as restrições que pesam sobre o Estado, uma vez que aos Estados da Bahia e Santa Catarina, tais recursos já foram liberados.

Concedo aparte ao Deputado Lourenço Fregonese.

O Sr. Lourenço Fregonese - Realmente, é preocupante o que o senhor levanta, nesta tribuna. Mas, muito deste reflexo se deve ao próprio Governador Roberto Requião. Eu diria, o dinheiro para saneamento neste Estado, todo ele vem de Brasília, via Caixa Econômica. O recém lançado Balcão de Ferramentas vem de Brasília, via Caixa Econômica. Recuperação de estradas federais, no Paraná, já empenhados três mil e quinhentos quilômetros para 92, dos 4.100 km. existentes, vêm de Brasília.

O tratamento justo, eu diria, é que nós teríamos que ter do Governador um pouco mais de habilidade política, em tratar

o Presidente da República, porque as coisas na base da "pancada", na base do "empurrão", na base da ofensa pessoal, jamais vão se conseguir em Brasília.

Realmente, as coisas do Paraná, 90% dos recursos de obras que estão tendo, neste Estado, são do Governo Federal. Diria mais - uma coisa que me preocupa, nós teremos que brigar, sim, pelas coisas do Paraná e por recursos ao Paraná. Mas, nós também devemos brigar e jogar e se inteirar das coisas que acontecem em Brasília, para que não tenhamos o desprazer, como tivemos na última sexta-feira, de ter visto estampado nos jornais que o gasoduto, aquele tão propalado gasoduto, a briga da Gazeta do Povo, a briga de outros jornais, que não virá mais ao Paraná. E eu inclusive, fui acusado, nesta Casa, de ser um pessimista. Mas eu não sou um pessimista, não! Eu sou uma pessoa que realmente se preocupa e sei do que acontece em Brasília e tento me inteirar do que acontece dentro do Palácio Iguazu.

Agora, o gasoduto não vem mais. Isso eu assino embaixo. Não vem mesmo. E não sou pessimista, não. Eu sou muito bem informado. Agora, que devamos unir forças para brigar por recursos, pelo mesmo tratamento que houve em outros Estados, nós devemos. Agora, o que não devemos também, é devolver depois que vem uma gama de recursos, com ofensas, sair na revista Isto É, ofensas pessoais do Governador ao Presidente da República, aos seus Ministros. Não é por aí o caminho, e o senhor sabe disso. O senhor foi Deputado Federal. Agora, que o Governo Federal tem ajudado muito ao Estado do Paraná, não temos dúvidas. Não temos dúvidas, mesmo!

Eu queria lhe dizer que me incorporo na luta por recursos e por igualdade do Paraná. Agora, não ficarei mais calado, nesta Assembléia, dizendo que o Governo do Estado faz tudo e que o Governo Federal não faz nada.

Por isso, eu gostaria aqui, que se dessem as verdadeiras posições e que não se mentisse mais, como fez o Governador hoje em Brasília, numa entrevista a toda a imprensa nacional, acusando a Caixa Econômica Federal, esta mesma Caixa Econômica Federal que enche os cofres do Estado do Paraná de recursos, inclusive a sua, Deputado Nilton Barbosa, para que devolvamos ao Governo Federal também a nossa solidariedade.

Quando as coisas vêm, nós devemos agradecer, também, porque quando eu sou atendido no Governo do Estado, embora seja um Deputado de Oposição, eu sei agradecer. Eu estou lutando pelo Paraná. E não pelo PMDB, nem pelo PRN e nem pelo PST.

Uma questão é vestir a bandeira e empunhar a bandeira

e não simplesmente chegar a se lamentar como nós estamos fazendo no Estado do Paraná, enquanto nós ofendermos e não tivermos um bom relacionamento vai acontecer isso, discriminações entre aspas, mas o que o tratamento será diferenciado, será por falta de competência política.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Obrigado nobre Deputado e concedo logo Nilton Barbosa, em seguida do seu aparte. Mas eu quero dizer ao nobre Deputado Lourenço Fregonese que eu gosto de ter o aparte de V.Exa, mesmo porque não é aparte, chega a ser assim um discurso paralelo. E mais, dizer que eu tenho realmente visto V.Exa. semana passada de público, V.Exa. veio a esta tribuna e agradeceu publicamente ao Governador Roberto Requião pela atenção que ele tem dado aos seus pleitos. E esta semana ainda - me parece que ontem - eu vi o nobre Deputado no jornal ao lado do Governador Roberto Requião, ao lado do Secretário DJALMA DE ALMEIDA CESAR...

(vozes paralelas)

...quer dizer, acompanhando de perto que o Governo não está parado, que o Governo está realizando.

Quanto ao fato de V.Exa. entender que o Governador Roberto Requião é um tanto rebelde nas suas postulações, e entende V.Exa. que isso seja ser agressão ao Governo Federal, eu digo mais a V.Exa. o seguinte: que isso é mais uma questão, o fato de o Governador Roberto Requião colocar as suas posições de maneira veemente e de maneira clara, é mais um comportamento de lealdade ao Governo Federal, do que um comportamento de rebeldia. Eu acho que da maneira como o Governador Roberto Requião está colocando a posição do Paraná é muito mais leal, muito mais correta do que outros Governadores, que vão lá para ajudar o Governo Federal e só fazem a questão do "toma lá da cá" em troca de favores. Sabe o Governo Federal que pode a todo momento, contar com o Governador Roberto Requião e pode contar com a Bancada Federal em Brasília, desde que as providências sejam do interesse da Nação e no momento que essas questões se desviam do interesse da Nação o Paraná sempre estará de pé, se levantando contra isto.

O Sr. Lourenço Fregonese - Quem manda na Bancada Federal do PMDB em Brasília é o Presidente Orestes Quêrcia, infelizmente.

(vozes paralelas)

O Sr. Nilton Barbosa - O Senhor Oswaldo Trevisan na sua colocação disse parte daquilo que nós queríamos dizer e o Deputado Fregonese a quem nós temos profundo respeito é um advogado. Ora advoga para

Deus, ora advoga para o diabo.

Mas o que nos traz a dizer é que ele falou em tantos recursos que vêm para o Paraná e esqueceu de dizer quando eu disse de empreiteiros, não é questão de que eu não tenho empresa, que eu não sou empreiteiro, infelizmente. Gostaria de estar hoje na Caixa Econômica, assim como tem diversos empreiteiros, na própria denúncia do Governador Roberto Requião que há dias atrás nós fizemos aqui.

Ainda essa semana em Umuarama, Município que nós ao lado do Deputado Nelson Garcia representamos nessa Casa, os mutuários foram até a Caixa Econômica fazer um manifesto dado o alto custo das prestações da casa própria financiadas pela Caixa Econômica do Governo Federal. Governo Federal que nós vimos nas revistas, não é só na Revista "IstoÉ", aqui está "Veja", todos os Jornais traz a cada dia duas ou três corrupções, até dos 30% agora que no próprio planalto para se liberar o dinheiro para a imprensa se molha os 30%.

E no Paraná o próprio Governador Roberto Requião está levando uma denúncia ao Governo Federal de mais de trezentos milhões de dólares e passados para empreiteiros e que o custo da casa de mutirão está saindo mais caro do que uma casa de alto nível de alto luxo aqui em Curitiba.

Na nossa cidade também, no Alto Piquiri, estivemos lá no final da semana, onde tivemos uma reunião com o pessoal que entrou nesse programa Sem Pé da Margarida Procópio, da Ex-Ministra, que uma casinha de vinte metros quadrados estão lhe custando cinquenta e cinco mil cruzeiros de prestação mensal.

Então é o dinheiro sim, é o dinheiro em abundância que vem do Governo Federal para o Paraná - mas que não passa pelo Governo do Paraná - que vão direto aos empreiteiros que estão cada vez mais matando os nossos mutuários.

Então, um dinheiro desse tipo nós não precisamos, no Paraná, o que nós queremos no Paraná é o que o Paraná tem direito, nós só queremos que o Governo Federal devolva ao Paraná o que ele tem de direito.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Só para responder rapidamente, e com isso o Governador Roberto Requião já construiu 16.000 casas e vai construir 32.000 a um preço cinco vezes menor do que estas.

Concedo o aparte ao Deputado Nelson Justus.

O Sr. Nelson Justus - Eu quero cumprimentá-lo, tenho certeza que a Caixa Econômica saberá responder, estes números estão totalmente errados e ridículos, não é nada disso, quem entende de construção civil sabe que está totalmente errado, não é

nada disso.

Mas o que eu quero é me somar a V.Exa. no pedido e nos pleitos do Governador Requião ao Governo Federal, é exatamente no momento em que assume um Ministro paranaense no Ministério dos Transportes, e está todo mundo preocupado com isso, é muito importante que o Estado do Paraná tenha, de uma vez por todas esclarecida uma correspondência que eu tenho aqui em mãos. Ela diz que o Governo do Estado deve ao Governo Federal 21 milhões de dólares, razão pela qual enquanto permanecer esta inadimplência nós não poderemos assumir compromissos nenhum, a nível de DER e DNER. Esta correspondência veio do Ministro João Santana, e eu acho muito importante que já que se pleiteia e a todo instante se aproveita o senso de paranismo do nosso Ministro Afonso Camargo, é importante que se esclareça, de uma vez por todas, esta dívida do Governo do Estado com o Governo Federal.

Eu tenho aqui e posso ceder a V.Exa. uma correspondência do Ministro João Santana onde ele afirma que o Paraná é inadimplente em 21.293.400 dólares, pelo não pagamento de amortização e encargos de financiamento previsto nos convênios, e dá os números dos convênios com o BIRD. Enquanto o Paraná não pagar isso não adianta nós pleitearmos recursos do Governo Federal, porque de lá nada vem. É importante que se esclareça também isso para que nós todos não fiquemos depois julgando mal mais um Ministro paranaense.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Essa carta do Ministro João Santana - eu até me dispense de lê-la, porque a cota de besteiras que o Ministro João Santana já fez neste País, acho que já está cumprida, nós não precisamos pedir que ele faça outras mais.

O Sr. Nelson Justus - A carta do Ministro está à disposição, e se ele é besta ou não fica por Vossa conta.

O Sr. Lourenço Fregonese - Deputado, nesta carta que o Governador manda ao Ministro Mário Filho eu gostaria que a Assembleia Legislativa fizesse outro pedido, como nós já perdemos o gasoduto que nós não percamos também os poços de petróleo que são do Paraná e as EPE que nós estamos pleiteando para o Paraná também. Que a gente some esforços para que mais estes dois grandes feitos que são do Paraná não fiquem perdidos na esfera federal para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o horário do PMDB.
Concedo a palavra ao Senhor Rafael

Greca no horário do PDT.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Saúda-me, ao entrar nesta tribuna, o Deputado Rosinha, dizendo que a Lei não protege os que dormem. Efetivamente eu e os que dormem. Efetivamente eu perdi o horário da Liderança porque conversava com o Deputado Hermas Brandão sobre a composição da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Mas não poderia passar mais nem um dia, nem mais um minuto sem que eu falasse a esta Casa política de uma insidiosa campanha que já se vê nas ruas de Curitiba contrária à classe política conduzida por publicitários que se não estão compactuados com o satanás andam cheirando enxofre.

Ontem de noite andava eu na rua, em Curitiba, acompanhado de líderes da força sindical, quando vimos um monza preto, dirigido por um rapaz, que se não era arquiteto, tinha jeito de arquiteto, barba de arquiteto, mão de arquiteto; e esse rapaz, guiando esse carro nas ruas da cidade, estampava no vidro traseiro do carro a seguinte advertência em forma de cartaz: "Políticos? São 95% canalhas". Me preocupa sobremaneira, Senhor Presidente e Senhores Deputados, este tipo de campanha, porque ela visa certamente ganhar o Poder Político no Paraná, no País. É o mesmo tipo de campanha que desenvolveu a Rede Globo de Televisão com a novela de Avilan, onde um príncipe de máscara de ferro, não político, ficava sempre tapeando o coro dos Ministros Políticos de uma rainha perversa, que depois foi se assentar no puleiro do Senhor Fernando Collor durante a campanha presidencial, personagem esta, vivida pela atriz Tereza Rachel.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, autor do processo político original que levou o Prefeito Jaime Lerner ao Poder nesta cidade de Curitiba, orgulhoso do seu companheirismo político, ele que é um político original, a ponto de manter índices de popularidade elevados, membro da Executiva Nacional do PDT, cargo político ao qual fui conduzido agora pouco pelo Governador Leonel Brizola, e onde tenho a honra de privar com campeões das lutas democráticas e políticas deste País, como Dante de Oliveira, o Waldir Pires, o próprio Neiva Moreira, eu me preocupo sobremaneira que a cidade de Curitiba viva esse tipo de falso dilema, aliás, todos os falsos dilemas são feitos para servir o inimigo.

Ilha Bizâncio, discutindo dos anjos o seu sexo, avançada a disputa entre verdes e azuis no hipódromo, quando os Turcos, com catadupas e com fogo grego, tentado no Mar de Mármara, tremiam já as muralhas da venerada cidade.

Não é lícito que nós entremos nesse tipo de discussão, porque o Presidente Collor, que se elegeu dizendo que não era político, hoje é refém do pior Poder Político da história desta República; aliás, são todas as velhas raposas que voltaram a Brasília a deitar seu covil nas palhas que ficam entre a Casa da Dinda e o Palácio do Planalto e o Palácio Alvorada. Técnica é a Senhora Zélia Cardoso de Mello, que Deus a tenha e se apiede dos efeitos da sua técnica sobre este Brasil; técnico era o Candido, o Ibrahim Eris e todos os outros, que efetivamente acabaram sufocando a Nação. A parte não pode dominar o todo, não pode um órgão do corpo mandar no corpo inteiro, admite-se apenas o comando do cérebro, que é ligado a todos os órgãos do corpo.

Quando os apetites por exemplo, os do baixo ventre, dominam a inteligência e o corpo, vai o corpo à perdição do pecado e do mal. Não se possa então transformar a minimização do processo político numa técnica de insublevação contra a instituição democrática, sagrada, que não tenha República e que não tenha esta Casa, e que não tenha o Poder do povo e que mantém o povo soberano.

Portanto o meu repúdio ao imbecil que com metá bem traçada de caligrafia de quem aprendeu na nossa escola, escreve que os políticos são 95% canalhas. Eu o segui, o encarei e ao me apresentar disse: "Meu nome é 5%".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem de nº 022/92, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, incluindo o anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à COHAPAR, os lotes de terrenos do perímetro urbano do Município de Itapejara D'Oeste.- A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB e Governo, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para compor a Comissão Especial Suprapartidária, que averiguará casos de trabalho escravo em fazendas deste Estado.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Costenaro Neto, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para compor a Comissão Especial de Averiguação de Trabalho Escravo no Estado do Paraná.- A Diretoria Le-

gislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Rafael Greca de Macedo, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para comporem a Comissão de Constituição e Justiça, e também para a Comissão que apura denúncias de trabalho escravo no Estado.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para compor a Comissão Especial de Averiguação de Trabalho Escravo no Estado.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nelson Justus, na qualidade de Líder do PRN, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para compor a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, comunicando que do dia 28 de abril até o dia 03 de maio próximo vindouro, estará em Montevideu, no Uruguai, em caráter de estudos.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/91, de autoria do Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, que autoriza o Poder Executivo a doar à União Paranaense dos Estudantes - UPE, o imóvel situado à Rua Carlos Cavalcanti, 1157, Curitiba, sede histórica da entidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Com EMENDA da C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda: aprovada.

O Projeto irá à 3ª Discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que sujeita à prévia autorização do Poder Público a prática de esportes náuticos no Litoral Paranaense. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E., C.S.P. e C.T., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 565/91. Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 565/91 por 10 (dez) sessões.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

074/92, de autoria dos Deputados ORLANDO PESSUTI e ANTONIO COSTENARO NETO, modifica o artigo 1º da Lei nº 9387, de 28 de setembro de 1990, que cria o município de Itacolomi, com território a ser desmembrado do município de Cambira. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 079/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do município de Tereza Cristina, desmembrado do Município de Cândido de Abreu. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/92, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito no Distrito Administrativo e Judiciário de Ourilândia, para que a sua população se pronuncie à respeito da criação do citado município a ser desmembrado do município de Barbosa Ferraz. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/92, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as Contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1991. Com PARECER FAVORAVEL da Comissão de Tomada de Contas. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/92, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 19/92, que institui a gratificação de apoio educacional a gratificação pelo local de exercício no período noturno, a serem atribuídas conforme especifica, aos professores e especialistas de educação do Magistério Público de 1º e 2º graus. Com PARECER FAVORAVEL da C.F.. Em REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 36, de 14.04.92 - Mens.).

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 098/92

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 019/92, objetiva instituir a Gratificação de Apoio Educacional, a Gratificação pelo local do exercício no período noturno, a serem atribuídas conforme especifica, aos professores e especialistas de educação do magistério público de 1º e 2º graus.

No âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos órgãos competentes

desta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável, opinando pela aprovação do projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

Em discussão.

Em votação.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Observando a Ordem do Dia, nós vemos que este Projeto, inclusive em Sessões anteriores na semana que antecedia o feriado de Páscoa, havia sido retirado da Ordem do Dia pela falta do Parecer das Comissões, principalmente da C.C.J. e Educação, visto tratar-se de um Projeto que se refere à Educação. E o referido Projeto retorna à Ordem do Dia também sem discussão, sem parecer das referidas Comissões. Além disso, nós queremos registrar aqui a nossa preocupação referente ao referido Projeto.

Primeiramente, quando os professores envolvidos nesse processo, especialistas em educação e envolvidos no referido processo e Projeto, haviam sido informados pelo Secretário de Educação de que o fato como estava o Projeto e como estava a Mensagem do Governo, nem todos poderiam ser atingidos pelas medidas da referida Lei, onde, em seu artigo 1º ele diz sobre a instituição da gratificação de apoio educacional devida aos professores especialistas em educação que atingia apenas as funções técnico-pedagógicas e administrativas no órgão central e nos núcleos regionais de educação. Foi procurado o Senhor Secretário por esse grupo de professores e o mesmo, concordando com a falha havida na Mensagem.

Aí vem a nossa estranheza, a emenda ao Projeto que, lamentavelmente não vemos na Mensagem que retorna à Casa que, da mesma forma, não contempla a todos que estão envolvidos enquanto segmento nestas áreas da educação. Por que isso? Porque queremos, inclusive, que fique registrado nesta Casa uma emenda ao Projeto de Lei do Secretário de Educação, datada do dia 23 de abril de 1992 que é bem abrangente. Ou melhor, é abrangente e bastante diferente do que esboça o referido Projeto de Lei, objetivo de Mensagem do Governo.

Diz esta emenda do Secretário da Educação em seu artigo 1º: "Fica instituída a gratificação de apoio educacional, devido aos especialistas de educação em exercício de funções técnico-pedagógicas nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus e aos professores especialistas de educação do ensino público estadual de

primeiro e segundo graus em exercício de funções técnico-pedagógicas, ou administrativas, na administração central e nos núcleos regionais da educação da Secretaria de Estado da Educação". Diz também sobre a regulamentação do referido Projeto posteriormente.

Pelo que estamos observando aqui, pode até ser que tenha havido uma falha por falta de comunicação entre a proposta do Secretário e do próprio Governo no envio desta Mensagem, mas queremos registrar aqui a nossa estranheza pelo fato que, uma proposta de emenda do próprio Secretário, que é o homem de confiança do Governo do Estado, não esteja contemplada na referida mensagem.

Alegar que o retardamento traria prejuízos a estes professores também não temos como concordar, visto que, este projeto, além de sua abrangência, que achamos justa porque reconhece uma luta bastante antiga da categoria, concede a gratificação por local de difícil acesso e por adicional noturno, obviamente fica registrada aqui, porque alguém está falando a linguagem contrária e com certeza não é a Assembleia Legislativa.

Se, porventura, isto aqui não apareceu na mensagem do próprio Executivo, é contemplada a emenda do próprio Secretário da Educação, alguém está querendo fazer este segmento da categoria de fantoche, de objeto de brinquedo que, temos certeza, estes professores não são.

Então queremos registrar a nossa preocupação. Amanhã estaremos entrando para caracterizar a verdade proposta do Governo, que achamos bastante válida. Podemos inclusive apresentar uma emenda procurando corrigir esta falha em cima daquilo que o próprio Governo do Estado, através do seu Secretário da Educação, está contemplando aos professores especialistas. E lamentavelmente, a mensagem do Governo que está sendo discutida por esta Casa não contempla e é iniciativa do próprio Secretário de Educação.

Não sabemos de onde vem a maldade ou o desinteresse em contemplá-la na referida mensagem. Queremos apenas registrar a nossa preocupação visto que a mensagem como está, mais uma vez volto a dizer, não contempla a todos os professores, como pretende o próprio Secretário da Educação através da sua emenda.

Fica registrado o nosso voto de preocupação, por que achamos que a iniciativa é válida, e lamento por alguém estar distorcendo o encaminhamento destas questões a nível do Governo.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há

questão de ordem a decidir, o projeto está em regime de urgência e foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça no dia dezois do corrente mês, bem como à Comissão de Educação.

Tem a palavra, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Entendemos que não há nenhuma má intenção e nenhum procedimento incorreto por parte do Governo, no que diz respeito à esta mensagem que se transformou no Projeto 98/92.

A intenção do Governo está clara, é de dar aos servidores públicos ligados ao setor educacional uma gratificação, um adicional, uma remuneração maior em função de um tipo de trabalho que desenvolvem, diferente de outros professores do Estado.

Se a mensagem não está bem clara, ou devidamente esclarecedora de todas as intenções, e isto temos conhecimento e o próprio Secretário de Administração já também manifestou algumas preocupações, devemos informar a este Plenário que desde o dia que esta mensagem chegou até nós, temos mantido contatos com pessoas ligadas e diretamente interessadas no assunto, e no dia de hoje posteriormente a uma reunião com dois professores, nós incumbimos os Senhores Deputados Alceu Swarowski, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, para que se encarregasse de trocar idéias com essas servidoras que representam todo o segmento envolvido, e também com o Senhor Secretário Elias Abrahão da Educação, bem como também com a Secretária da Administração e Casa Civil.

Inclusive conversamos com Vossa Excelência, Senhor Deputado Anibal Khury, no início da Sessão, consultando que se chegar amanhã uma mensagem substitutiva, aditiva ou modificativa, se teríamos condição de analisá-la no que Vossa Excelência consentiu e temos também, como bem lembra o Sr. Deputado Paulo Maia e pedimos que o Sr. Deputado Alceu Swarowski também trabalhe nessa hipótese, a possibilidade de, na Sessão de amanhã, emendarmos essa proposta governamental, de forma a torná-la mais clara e mais esclarecedora das intenções.

Agora, dizer que existe má intenção, distorcida ou coisas mais, não é verdade e não reflete o pensamento do Governo quando envia-se essa mensagem à Assembleia.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu gostaria apenas de citar ao Líder do Governo que, quando eu disse que havia má intenção, não sou eu que estou citando isso, não.

Quem está deixando esta dúvida, é a

própria mensagem do Governador, a mensagem do Executivo, que consta na Ordem do Dia com a proposta de Projeto de Lei como emenda ou como substitutivo assinado pelo Secretário da Educação, nós temos cópia em mãos, datada do dia 23 de abril de 1992. Queremos nós que não seja, e esperamos também que não seja uma enganação.

Agora, fica a dúvida referente ao que estamos registrando na Casa. Há uma mensagem do Governo com um tipo de proposta e há uma proposta de emenda ou substitutivo, do Secretário da Educação, entregue aos professores, dizendo uma outra coisa.

Então, nós queremos registrar que alguém está dizendo dentro do Governo, uma linguagem contrária, e não somos nós na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão.

Aprovado.

O Projeto está retirado da Ordem do Dia e vai figurar na Sessão do dia 4, a fim de que a Assembléia a guarde o Substitutivo do Poder Executivo, mesmo porque amanhã não haverá Ordem do Dia, tendo em vista que o Senhor Secretário da Fazenda comparecerá a esta Assembléia para prestar esclarecimentos.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Encarrego Vossa Excelência para que a matéria figure na Sessão de quinta-feira, tendo em vista que teremos o dia de amanhã para tratar desse assunto, e se for do entendimento do Poder Executivo e desta Casa, que nós possamos ajustar as dúvidas ou melhorar o Projeto através de uma emenda, e a mesma poderá já ser apresentada por ocasião da 2ª discussão na segunda-feira, antecipando, evidentemente, a tramitação do Projeto na Casa, por alguns dias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É que o Projeto já foi aprovado em 1ª discussão, Senhor Deputado. Figurando na quinta-feira em 2ª discussão, o prazo de emenda se encerra na 2ª discussão, a menos que a Assembléia entenda que deva figurar na quinta-feira, eu não vejo inconveniência nenhuma.

Para melhor apreciar a matéria e dar mais tempo ao Executivo, eu acho que o dia 4 é ponderável.

Sobre a Mesa, requerimento de nº 530, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 532, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria

Legislativa.

Requerimento de nº 538, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 535, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 540, de autoria do Senhor Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 536, de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 533, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 534, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 529, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 528, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Gostaria de anunciar aos Senhores Deputados e ao mesmo tempo solicitar a per-

manência por cinco minutos nesse Plenário onde um representante do movimento dos trabalhadores sem-terra irá relatar a esta Casa as razões e os encaminhamentos que estão sendo dados quanto a ocupação do prédio do INCRA.

Seria interessante Senhores Deputados, que todos permanecessem porque a situação é grave e nós gostaríamos que todos pudessem acompanhar esse processo, que no seu desenrolar não sabemos o que irá acontecer. Então que esta Casa, tenha ciência do que ocorrerá provavelmente daqui em diante com esse problema no Estado do Paraná.

Obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Erondy Silvério comunica, na qualidade de Presidente em exercício da Comissão de Justiça, que realizará Sessão amanhã às 16:00 horas, para eleição do Presidente e do vice-Presidente da referida Comissão.

Declaro constituída a Comissão Especial que vai apurar denúncias de trabalho escravo nesse Estado. Deputados: Mário Bezerra, Toti Colaço, Elio Rusch, Paulo Maia e Ovídio Constantino.

Está constituída a Comissão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas dialogávamos ainda há pouco, com o Deputado Durval Amaral, pois temos também que indicar os nomes - ou já o foi por Vossa Excelência indicado - no que diz respeito a Comissão Especial de Reforma a

Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda ninguém indicou, vou providenciar e quinta-feira a Mesa vai solicitar aos Senhores Líderes que façam a indicação.

Amanhã será realizada às 15:00 horas Sessão de audiência do Secretário de Estado da Fazenda Senhor Heron Arzua acompanhado dos Senhores Heitor Wallace de Mello e Silva e Walter Senhorinho Presidente do Banco do Estado do Paraná e Presidente do BANESTADO Informática, respectivamente.

Audiência do Senhor Secretário: Primeira Fase, faz prestar esclarecimentos a respeito do escritório jurídico particular pelo liquidante, do BADEP.

Está encerrada a Sessão, marcamos outra para quinta-feira no Horário Regimental.

Concedo a palavra ao Senhor Elson Borges Santos, representante do movimento dos trabalhadores sem-terra, por dez minutos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para quarta-feira, dia 29, às quinze horas; 1.ª Fase - uma Sessão de audiência do Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua. 2.ª Fase - uma Sessão de audiência do Senhor Secretário da Fazenda Heron Arzua, acompanhado dos Senhores Heitor Wallace de Mello e Silva e Walter Senhorinho Presidente do Banco do Estado do Paraná e Presidente do BANESTADO Informática, respectivamente.

Levanta-se a sessão.